

**ATA Nº17**  
*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

Folha 45

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária no Auditório Diamantino Melo, da Junta de Freguesia de Carregosa, a Assembleia de Freguesia de Carregosa. Estiveram presentes nesta sessão, senhora Vera Aguiar, senhor Daniel Tavares, senhora Ana Maria Almeida, respetivamente, presidente, primeiro e segundo secretário da Mesa da Assembleia, senhoras Helena Moreira, Constança Melo, senhor Armando Marcelino, respetivamente presidente, tesoureira, secretário do executivo, da bancada do PSD, senhores Marco Azevedo, Júlio Rodrigues, António Amorim e senhora Ana Almeida, da bancada do PS, senhor Alípio Soares e da bancada do CDS PP senhor José Augusto Bastos. -----

Às vinte e uma horas e quinze minutos senhora presidente da mesa, Vera Aguiar deu início a Assembleia, cumprimentando todos os presentes, agradecendo a presença. -----

Refere que esta assembleia extraordinária foi convocada em resultado de solicitação pela pessoa da senhora presidente de junta, passando de imediato à ordem de trabalhos: -----

**Ponto Um: Ata n.16 da sessão ordinária de 23.12.2020, já votada e aprovada por unanimidade.**

Não houve reparos seguiu-se para o ponto dois. -----

**Ponto Dois: Apreciação e votação do Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro Câmara Municipal Oliveira de Azeméis, relativo às obras de ampliação do cemitério.** -----

A presidente Assembleia informa que lhe foi remetido um pedido de esclarecimentos pela senhora Ana Almeida e que reencaminhou o mesmo para a junta de freguesia, tendo sido dada resposta pela senhora presidente da junta (documentos em anexo). -----

Dada a palavra a presidente da Junta explicou os termos do contrato e os valores em questão. --

Refere que a junta avançou com as obras no cemitério porque era uma necessidade; a obra do cemitério está a ser realizada por fases atendendo a que com a aquisição do terreno junto ao parque ficaram sem fundo de maneio. A obra está a ser feita com os recursos correntes, venda de campas que conseguiram construir, mas refere que já não têm mais campas para vender. A construção da primeira fase (muros, rampas, tirar o muro antigo, casas de banho), está praticamente concluída. Entretanto estão a avançar com as capelas e as covatas, atendendo à limitação do espaço no terreno. Tendo em conta que não há intenção de alienar a capela grande não faz sentido manter uma capela para cerimónias junto às novas capelas, pelo que adequaram a capela e fizeram quatro individuais, das quais três estão vendidas. Julga que no fim de março, se o tempo permitir, terão a obra pronta de pedreiro. Logo que estejam as casas de banho preparadas avançarão para a capela mortuária de modo a preparar a casa da cera e ampliação. Depois das capelas construídas de pedreiro já se podem colocar as demais covatas. O Columbário, à partida, ficará para o final. As obras não estão a decorrer como seria o esperado, fruto das condições atmosféricas vividas. Alude terem o cuidado de ir adequando as soluções conforme o espaço, necessidades e solicitações que se considerem pertinentes pelo que o projeto inicial tem vindo a sofrer algumas alterações em conformidade, com o objetivo do resultado final ser o mais adequado para todos. Fizeram o projeto de acordo com levantamento topográfico existente nos arquivos da Junta, mas o mesmo apresentou-se em desconformidade com a realidade, pelo que tiveram de reformular a disposição das covatas. Em princípio o projeto agora apresentado será definitivo. Não é o projeto ideal, mas o possível em função do



**ATA Nº17**  
*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

espaço e condições disponíveis. Acrescenta que o mesmo está projetado para ser uma obra com dignidade, “porque o nosso povo merece”. Um espaço diferente onde se sinta que se entra naquela que é a nossa “última morada”. Que se deparou com um protocolo de apoio por parte do município um pouco desolador, porque as perspetivas de apoio do município eram na ordem dos 30.000€ (trinta mil euros), e fomos agora confrontados com o valor do apoio de apenas de 17 500€ (dezassete mil e quinhentos euros) dos quais o valor em numerário é de 12.747,65€ e o valor de 4.752, 35 € será em cedência de materiais disponibilizados pelo município, que já ocorreu.-----

Questionando a presidente da mesa se havia pedidos de intervenção, pede a palavra a senhora Ana Almeida, que começa por lamentar a leitura que o Correio de Azeméis fez da última assembleia tendo inclusive gravado e filmado a sessão, relativamente às obras do cemitério. A notícia do jornal não espelha aquilo que foi verdadeiramente discutido, referindo que qualquer das entidades envolvidas apenas querem que o cemitério e respetivas obras sejam a resposta às necessidades dos Carregosenses e dignas dos mesmos. -----

Que no entender da bancada do PSD, este ponto se divide em dois assuntos: -----  
Primeiro quanto ao assunto ainda por resolver sobre o referido terreno, e quanto a isso questiona se o executivo já respondeu à Fábrica da Igreja e em que ponto se encontra esta situação. -----

Tendo os membros da Assembleia sido chamados a decidir o que ao executivo competia decidir, acrescenta que nada mais souberam sobre o desenrolar deste assunto, informando que se necessário a bancada do PSD apresenta-se disponível uma vez mais para uma reunião de trabalhos, mas desta vez com a presença do executivo da junta, da Fabrica da Igreja e do Senhor Pároco, para que em conjunto todos se façam ouvir e assim honrar verdadeiramente um documento que merece pelo menos este ato de respeito, afirma.-----

Segundo assunto, as obras em si, de forma a entendermos melhor o que estamos a discutir. A câmara vai financiar para a 1ª fase, orçada em 35 167€ pela Junta, o valor de 12 747,65 em dinheiro e 4 752,35€ em material. Esta primeira fase o que contempla? Neste momento está em causa a movimentação no terreno acima referido? -----

A senhora presidente de junta em resposta refere: -----  
Em relação à questão com a Fábrica da Igreja informa que a Assembleia é soberana em relação aos assuntos que respeitam à freguesia. O executivo é um órgão que executa o que é determinado pela lei ou o que a Assembleia determina. Se os anteriores executivos ou deliberativos não sabiam as respetivas funções a nós não nos diz respeito. Atuaremos sempre de acordo com as competências que nos estão determinadas. Em relação à Fábrica da Igreja houve mais uma carta enviada, a disponibilizar-se para fazer a doação do terreno e a apresentar orçamento para as obras de iluminação. A ambas comunicações ainda não foi dada resposta, uma vez que também queriam anexar cópia da ata da assembleia de freguesia do passado dia 23 dezembro e que só tiveram acesso à mesma há pouco. Acrescenta que o terreno do cemitério, apesar de inscrito na matriz com a área e confrontações resultantes do acordo celebrado com a Fábrica da Igreja em 1996, não está registado. Em determinada altura questionou o senhor Diamantino Melo sobre o mesmo, esclarecendo ele que o mesmo não



**ATA Nº17**

*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

Folha 47

tinha sido registado porque o cemitério foi sendo alargado ao longo dos tempos de acordo com as necessidades e a boa vontade das pessoas que foram de um lado ou de outro cedendo terreno ou vendendo. Para nós é uma preocupação que nunca existiu porque o destino do terreno é visível por todos assim como é visível os limites do mesmo pela posse pública exercida. O terreno destinado a cemitério e envolvente tem mais ou menos 6 000mts. Em relação aos limites no que se refere à construção, têm-se estado a respeitar o que anteriormente foi acordado entre as partes (Junta de Freguesia e Fábrica da Igreja) desde 1996. De todo o modo, porque o executivo da junta não quer que as obras que são de beneficiação sejam vistas como uma causa de conflito, optou por simplificar o projeto da capela mortuária, prevendo-se um aumento da sala de apoio, no alinhamento do que já se encontra construído, não colocando em causa o espaço útil inicialmente previsto. A casa da cera será enquadrada nas casas de banho a demolir. Esta é uma opção que se torna mais acessível e arquitetonicamente enquadrada na construção já existente. Não prejudicando que de futuro se assim se entender se faça o coberto. -----

A senhora Ana Almeida interpela se as obras que irão ser efetuadas irão colocar em causa o referido espaço, terreno, onde existem divergências de opiniões? Ao qual a senhora presidente de junta informa que para já não, conforme irá apresentar em projeção. -----

Dando, novamente, a palavra à senhora Ana Almeida a mesma questiona se o valor que virá da camara já irá servir para ajudar nas obras da 2ª fase, tendo em conta que a 1ª fase já está feita com o material referido? Sendo que se a Junta já gastou 22 mil euros na 1ª fase e se a mesma já está concluída. -----

A senhora presidente de junta refere que a primeira fase está feita de pedreiro e que se refere a: demolição do muro, construção de novo muro de limitação do cemitério e suporte de terras, das casas banho e casa da cera (embora esta obra concreta tem de ser adequada fruto da alteração da localização). A segunda fase está em curso que são as capelas e as covatas, só depois se passará para as obras da capela e casa cera. Em seguida passou-se para a projeção da planta e projeto final. -----

O ponto foi levado a votação, sendo aprovado, por unanimidade. -----

**Ponto Três: Apreciação e votação de criação de hino de Carregosa com letra oferecida por Emídio Ferreira Aguiar e arranjo musical do Maestro Valter Palma.**-----

Dada a palavra à senhora presidente, a mesma informa que este tema surgiu em resultado de um passeio sénior com Fajões e Cesar que em determinado momento entoam os seus hinos e Carregosa, nada apresenta. Este sentimento de vazio, foi sendo abordado por este executivo o qual foi contactando algumas pessoas para apresentarem algumas sugestões. Agora refere que têm uma sugestão para apresentar, sem imposição de nada, passando de imediato a apresentação de instrumental com a letra. -----

Perguntando se havia pedidos de intervenção pede a palavra a senhora Ana Almeida, que referiu:-----

Tendo por respeito e consideração todos os contributos de todos os intervenientes e não colocando em causa de modo algum o trabalho feito, concordamos com a ideia de um hino para Carregosa, mas achamos que o respeito que este assunto merece, este não é o timing para



**ATA Nº17**  
*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

aprovar ou apreciar seja que proposta for. Todos temos esperança de que melhores tempos virão e achamos que num futuro próximo, quem sabe para Julho, a comunidade deve ter intervenção, devendo ser chamada a participar na escolha ou propostas para este assunto, neste momento a comunidade está confinada e limitada a ficar em casa, não tendo sequer conhecimento de que este assunto anda a ser discutido. Assim sendo propomos não votar este ponto devendo ser apenas apreciado com o objetivo de serem criadas condições para que a comunidade seja envolvida. Tivemos oportunidade de fazer algumas pesquisas e por exemplo sabemos que existem alguns textos do tempo dos cortejos em Carregosa, das marchas, no livro “antigo” da ACESMA, talvez analisar. Do mesmo modo que também tivemos a oportunidade de ver, apenas como exemplo um concurso que foi feito em 2010 para a criação de um Hino para OAZ e chamou-nos atenção os objetivos que esse mesmo hino deve contemplar nomeadamente: transmitir, promover, exortar feitos e glórias do passado ou do presente, dos seus filhos ilustres, e proclamar as suas peculiaridades geopolíticas, sociais e históricas; estimular a participação cívica, autoestima e o bairrismo; estimular o talento e a criação artística e com estes valorizar os festejos cívicos; contribuir com o desenvolvimento artístico e cultural da sociedade em geral e da comunidade; estimular a criatividade de pessoas e coletividades que tenham conhecimentos nesta área da musica. Terminando por sugerir: porque não chamar as coletividades a participar? -----

A senhora presidente da assembleia considera pertinentes as observações colocadas, não obstante a que se proceda em conformidade, **não levando o ponto a votação.** -----

Dada a palavra novamente a Ana Almeida sugere colocar este assunto na comissão que havia sido criada para a Festa de Elevação a Vila 30 anos, que salvo-erro, devido à pandemia, tinha ficado de nesta altura analisar a elaboração de um livro sobre pessoas ilustres de Carregosa. ----

A senhora presidente da junta considera a sugestão muito adequada e fará contatos no sentido da comissão indicada se reunir para decidir como trabalhar a criação do Hino de Carregosa. Refere que foram feitas diligências no sentido de apurar a existência de algo que se assemelhasse a um hino de Carregosa tendo o resultado sido negativo. Existem algumas marchas, mas nada mais lhe foi dado a conhecer. -----

**Ponto Quatro: Apreciação e votação para criar uma Comissão Instaladora do Museu de Artes e Ofícios de Carregosa.** -----

Dada palavra a senhora Presidente da Junta esta informou que tomou a liberdade de falar com estes quatro elementos: Dr Maximino Tavares, Senhor Manuel Ferreira, João Amorim e José Pedro Santos. -----

Sem prejuízo de poderem ser outras pessoas a abraçar este projeto crê que de forma simples, estes quatro elementos, cada um com a sua experiência e conhecimento, poderão criar um projeto interessante para o Museu. Refere que se está a falar na criação, o desenvolvimento será outra aventura. Seguindo a sugestão dos elementos com quem têm reunido seria interessante apresentar a História de Carregosa pelo trabalho, pelas artes e ofícios. Um espaço dedicado à “Alma” deste território e ao Povo de Carregosa. Carregosa desde sempre foi conhecida por ser terra de artistas, uma terra onde se encontra tudo. Um Museu que apresente este espírito criativo e empreendedor é o melhor cartão de visita de Carregosa. É também a melhor forma de dar a conhecer aos nossos jovens as tradições e as origens do seu povo. Pelo trabalho, pelas artes e ofícios, ao longo dos tempos pretende-se contar a história da freguesia de Carregosa, revelar a nossa identidade e inspirar comportamentos futuros. Com este museu pretende-se quiçá, desenvolver um projeto futuro relacionado com um evento anual temático



**ATA Nº17**

*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

“Feira D’Artes e Ofícios”, explorando cada uma das artes e ofícios e criar intercâmbios, desenvolver o comércio, a formação das artes e muitos ofícios que estão a perder-se. Este trabalho iniciar-se-á com a realização de contatos com algumas pessoas para encontrar algo para expor, havendo a necessidade de ser criada uma comissão instaladora para legitimar a abordagem junto dos possíveis beneméritos. -----

Pedeu intervenção Ana Almeida, tendo dito nada ter contra a criação de mais esta comissão, até porque uma vez mais a comunidade é chamada a contribuir e envolver-se, no entanto este ponto levou-nos a questionar em que ponto se encontram as comissões criadas neste mandato quais os resultados obtidos, em que ponto se encontram, se ainda existem todas as comissões que têm sido criadas, nomeadamente a comissão festa elevação a vila 30 anos, que agora para além de um livro que deveria ser elaborado já lhes acrescentamos a gestão da criação de um hino, comissão obras do cemitério, comissão transito Carregosa, comissão acompanhamento Biomassa, referindo que andam lá obras nos terrenos, esse acompanhamento devido a possível existência de bens arqueológicos. Acrescenta que são a favor que as mesmas sejam criadas, mas que daí advenham resultados. -----

Em resposta a presidente da Junta, informa que em relação à festa de Elevação a Vila a mesma acabou por se perder, com a Pandemia, a Comissão das Obras do cemitério, foi reunindo e que as ideias foram fluindo, em relação à do transito reuniu e chegou à conclusão que é complicado resolver o problema da N 224 entre a Igreja e a escola da Cavadinha., que é um problema, muito difícil e que ninguém se quis comprometer com uma decisão como a de bifurcar os sentidos de transito de modo a que um passasse a ser feito pela Avenida da República.-----

Júlio Rodrigues pede a palavra e disse que havia a ideia do anterior executivo, da construção de uma variante. Ao que a senhora presidente de junta refere que ideias dessas não são exequíveis no imediato, justificando o ponto de situação da referida comissão. Todavia as comissões podem ser chamadas a intervir por parte de qualquer um dos membros, o que até agora não aconteceu. Todavia, vai solicitar uma reunião para apresentação de eventuais problemas atuais relacionados com o trânsito. Em relação à Comissão Instaladora do Museu, a mesma nada tem a ver com estas comissões. Esta é uma comissão que se pretende executora de uma ação – a instalação do museu. Têm sido feitos vários contatos, as obras do espaço, estão quase prontas, sendo preciso formalizar esta comissão para que o trabalho possa ter continuidade. -----

Em relação a Comissão da Biomassa não tem informação, mas até hoje nenhum membro ou público colocou a questão, sendo que os membros que compõem as comissões têm autonomia para as fazer funcionar. -----

A presidente da Assembleia disse que em relação a esta comissão, não foi colocado este assunto durante este mandato, ficando para uma próxima assembleia analisar e se necessário reativar esta comissão. Foi entregue um formulário para doação de bens para exposição. -----

**Levado a Votação foi aprovado por unanimidade.** -----

**Ponto cinco: Apreciação e aprovação para a venda de terreno sito na Rua Manuel Melo Caetano de Almeida para construção de condomínio de luxo.** -----

A presidente da assembleia, deu conhecimento de carta enviada pelo membro Alípio Soares da bancada do PS, pedindo esclarecimentos, em relação a este assunto, que remeteu à senhora presidente de Junta. -----

Em resposta a este assunto a presidente da Junta esclareceu que este terreno é da propriedade da Freguesia, não tendo qualquer ónus. Foi adquirido pela freguesia para evitar a construção de pavilhões naquele local. A colaboração da câmara teve por objeto o apoio financeiro para aquisição do imóvel para criação de entrada para o parque de lazer. Esta aquisição foi precedida de muitos contatos com particulares para ver a possibilidade de ser comprado diretamente para



**ATA Nº17**

*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

Folha 

50
----

construção de habitação, retirando-se a área necessária para uma entrada generosa para o parque (o que apresentamos no documento que juntamos é um esboço), refere. -----

Como não encontraram ninguém que o quisesse adquirir, a solução foi a câmara, com uma verba que deslocou do parque de lazer e a junta com a verba que tinha para a construção do cemitério fazer este negócio. Porém, refere que a intenção, quer da Junta quer da Câmara, como todos vós já têm conhecimento, porque aprovaram o PPI em vigor nunca foi destinar aquele terreno ao parque por duas razões: -----

O parque tem mais de 60 000 metros de terreno. É uma área enormíssima para um parque de uma freguesia, a intenção é prolongá-lo com os trilhos até aos limites a nordeste da freguesia. Mas a construção e valorização do parque verde carregosaviva não se faz com os 133.000,00€ da candidatura! Não tenham ilusões! Afirma. -----

A entrada da freguesia precisa de ser chamativa e dar a ideia de obra, de construção, de modernidade, inspirar e atrair para se entrar no nosso território. Carregosa precisa urgentemente de habitação, de investimento, de dar trabalho, produzir riqueza, atrair pessoas. O parque precisa de gente! Carregosa precisa de povo! Qual a melhor forma de rentabilizarmos aquele terreno? Não será com a capacitação de construção unifamiliar? A entrada do parque se tiver casas bonitas, atrativas é um chamariz não só para o Parque, para a JDC como para a freguesia no seu todo! Esta é a minha opinião, refere. A mim, diz a senhora Presidente de Junta, compete-me trazer aqui uma proposta que me foi apresentada, que é a seguinte: adquirir o terreno que entendermos ser de disponibilizar naquele local, com a condição do mesmo ser afeto a construção de habitações unifamiliares adequadas ao local (gama luxo). A oferta de compra foi de 35,00 €/metro. Mas vocês são soberanos! Aludindo à assembleia presente. -----

Alcides Queirós entregou a mesa um Voto de repúdio em relação a este ponto da ordem de trabalhos, assinado por Alcides Queirós, Fernando Vitor Almeida Santos, Antonio Manuel Ferreira Duarte e Ana Almeida, rogando a leitura do mesmo, o que foi feito pela presidente da mesa, apesar de ter referido que o fazia por uma questão de transparência, embora questionasse a validade do mesmo. De seguida questiona pedidos de intervenção tendo solicitado a palavra: Ana Almeida, Júlio Rodrigues e Alípio Soares. -----

Dada a palavra a Ana Almeida a mesma fez saber, hoje dia 19/02/2021, apenas temos as seguintes informações, descrição do ponto 5 da ordem de trabalhos, anexo da planta do terreno, que deduzimos ser os 3082m2 dos 4100m2 comprados em dezembro, ou seja, 75% do terreno adquirido, dada a falta de elementos para avaliar em tempo útil, achamos ilegal propor a votação deste ponto. -----

Júlio Rodrigues afirmou que quando foram vistos os limites, havia uma estaca que dava indícios que havia aqui ilegalidade, que é contra qualquer construção, que a junta precisa de dinheiro e precisa de vender, que vê aqui aldrabice e tralhalice na atuação do executivo. -----

Alípio Soares, refere que acompanhou as reuniões e que não viu nada de ilegal, que devem ser acauteladas todas as questões de construções não desejadas, que é de opinião do terreno ser vendido, face à conjuntura atual.-----

Dada a palavra à presidente da Junta a mesma disse que no dia em que souberem quem é o comprador dissipam-se todas as dúvidas e pensamentos de ilegalidades. Que a assembleia é soberana e é quem decide, o facto de ter impedido a construção de pavilhões, foi conseguido por parte deste executivo e pelo senhor Presidente da Câmara. Que a colaboração da câmara foi sempre a de garantir a entrada do parque verde, a qual está garantida. Sendo que o que apresenta é um esboço do que pode ser feito no local. O ponto vem para ser apreciado, a assembleia é que tem o poder de determinar o que deve ser feito. -----



**ATA Nº17**

*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

Folha 51

Ana Almeida pediu novamente a palavra, para dizer que todos os elementos desta assembleia devam ter em atenção aos documentos que lhes são dados analisar e que respondem aqui, para o que foram nomeados. Refere que “Nós estamos aqui porque o povo assim o quis, nós, bancada do PSD como oposição, porque o povo assim o quis, e os restantes do mesmo modo, e não vimos aqui apenas para vir, temos de ser responsáveis pelo que fazemos e decidimos, e decidir com base nos documentos que nos são dados, decidir conscientemente e dentro da legalidade”. Em seguida passou a fazer leitura de alguns apontamentos, que passamos a transcrever: *“a Intenção de venda de terreno fere de legalidade o Protocolo de financiamento da Câmara OAZ de Nov 2020 nas considerações iniciais temos o motivo para o financiamento, considerando que a atribuição de apoios financeiros às Juntas para apoio a aquisição de terrenos para a instalação de equipamentos públicos tem sido um dos vetores da política municipal. Assim, o motivo deste apoio trata-se de aquisição de terreno para instalação de equipamentos públicos e não para habitações ou outras construções.* -----

*Objeto da aquisição do imóvel, cita o art 1º para aquisição de imóvel para a entrada do Parque de Lazer se 75% de um imóvel não se destina ao seu fim, então está em causa o fim de todo o negócio efetuado. Obrigações da Junta de Freguesia: art 2º, aplicar as verbas concedidas pelo Município exclusivamente para os fins definidos pelo presente contrato. Assim as verbas desembolsadas pelas Câmara não podem ser aplicadas a mais nada além do terreno para equipamentos e acesso ao parque. Causa de resolução do contrato, art 5º - 2, O Incumprimento do presente contrato constitui motivo suficiente para a sua suspensão, resolução e conseqüente devolução dos valores recebidos. Assim, considerando o incumprimento do contrato, pode a Junta ou quem aprova esta venda, nomeadamente esta assembleia e seus elementos, ficarem corresponsáveis pela ilegalidade hoje que aqui foi alvo de pedido de aprovação. Mais se acrescenta que além dos atos ilegais ora em apreço, já em Setembro a Presidente na sua ata, refere a possibilidade de venda de terreno, o mesmo inscreveu no orçamento 2021, mas deixou sempre pensar os Carregosenses que seria todo o espaço afeto ao parque verde. Tal como consta da ata n.º 16 folha 3: “...a senhora Ana Almeida, começando por solicitar esclarecimento na rubrica “receitas capital – terrenas famílias” no valor de 20.000€, ao que de imediato a senhora presidente da junta esclarece ser resultado da expectativa de venda de um lote de terreno na parte que foi adquirida agora junto ao parque verde.”-----*

*Claramente que o Presidente de Câmara nada sabia desta situação, pois na reunião de Câmara de 18 Fev, ontem, ficou tão surpreso quanto nós ao vermos estes documentos. Se recuarmos ao início da assembleia de Setembro, a Presidente manifestou ter ficado surpresa com a intenção de construção de armazéns industriais menos de 30 dias já apresenta a solução de compra para o espaço verde 60 dias depois já inscreve rubrica no orçamento da venda de terrenos e agora apresenta-se como que uma oportunidade surpresa e que não deve ser perdida. Tudo isto parece uma manobra, sendo que os interesses da Junta são lesados por tal. Atitude premeditada ou a mando de alguém. À junta de freguesia não se lhe atribuiu a atividade de especulação imobiliária. E neste momento apenas por razões de falta de elementos que mesmo com a explicação dada, continua igual, e dada às dúvidas quanto à legalidade deste negócio achamos que o mesmo não deve ser apreciado nesta assembleia.”-----*

A senhora presidente de junta esclarece que as competências dos diferentes intervenientes estão bem definidas, sendo as suas a de trazer a este órgão as questões que a estes competem decidir e só depois, por uma questão de respeito e consideração, as mesmas devem ser transmitidas a outras entidades, como é o caso da câmara. Não vendo aqui qualquer problema além de alguns fantasmas do passado que parece pairar sobre a mente de alguns elementos da oposição. Acrescenta que podem estar descansados que nenhum elemento deste executivo se



**ATA Nº17**  
*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

identifica com tais comportamentos. Enquanto aqui estivermos a assembleia será sempre chamada para decidir aquilo que lhe compete e não o contrário. O executivo só atuará em conformidade com o que a Assembleia determinar. Esta é a regra que vimos praticando e assim continuará a ser até ao fim do mandato. -----

De seguida a presidente mesa acrescenta que este ponto carece de mais esclarecimentos, retirando a votação deste ponto, tendo o mesmo ficando somente em apreciação, sem prejuízo de se dar tempo para refletir, sendo levado a votação numa próxima assembleia. -----

Terminada a ordem de trabalhos foi dada a palavra ao público para intervenções apenas para assuntos da ordem de trabalhos, tendo solicitado a palavra os senhores Manuel Moreira, Jorge Amorim, Alcides Queirós e Manuel Ferreira. -----

Senhor Manuel Moreira, intervém dizendo que gostaria de dar ênfase ao ponto 5 da ordem de trabalhos, não colocando de lado a importância dos outros, contudo que se revê com praticamente tudo o que foi decidido e abordado, à exceção do ponto 5, refere que tem um terreno ao lado do que está a ser proposto para venda e que sobre o mesmo teria também duas opções, ou construir uma casa ou um pavilhão, mas que efetivamente é sua intenção dar prioridade a construção de habitação, e que está satisfeito por a Junta também poder ter essa possibilidade, que vê assegurado o acesso ao parque verde com a aquisição ocorrida do terreno e que um parque com 60 000mts é muito grande, que a área em questão para venda não iria colocar em causa o parque verde, só dar ainda mais trabalho. Acrescenta que Carregosa, precisa de pessoas que invistam na construção, como foi o caso do Senhor Amândio e do Senhor Azevedo e que não vê qualquer ato de má-fé por parte da Junta. -----

Dada a palavra ao senhor Jorge Amorim, o mesmo começa por referir que é de opinião que as obras no cemitério devem avançar conforme o projeto apresentado, e que se necessário, reunir com a Fábrica da Igreja, senhor Padre, Executivo e Assembleia, salientando que o importante é que tudo fique bem esclarecido e ultrapassado, para o bem de Todos. Relativamente à proposta do Hino, julga importante avaliar outras propostas, mas não englobar muitas pessoas, porque isso iria ser negativo, é melhor simplificar. Relativamente à proposta de venda de terreno, refere que fez parte da luta contra a construção de pavilhões, mas que é a favor de construção de uma parte habitacional, até à rotunda, isto se existirem condições em termos de PDM; que louvou a atitude do executivo na corrida para a aquisição do terreno, que se estiver garantido a entrada para o parque verde, criando alguns limites na construção, nomeadamente em termos de altura que não é contra a venda. Acrescenta que como presidente da ACAMP, sabe bem o que os parques e terrenos exigem em termos de limpeza e manutenção, portanto se não há ilegalidade como aqui se afirmou, que se avance com a venda. -----

Dada a palavra ao senhor Alcides Queirós, refere que fez parte do grupo de pessoas contra a construção de pavilhões, mas que também é contra a construção de qualquer coisa na área entretanto adquirida, que aquele local é a sala de visitas para o Parque Verde e para Carregosa, que é obrigação projetar a terra de Carregosa, para o futuro, que S.João da Madeira é um bom exemplo. Que não deve ser por haver um buraco nas contas do cemitério que se deve vender património. Estimula a Junta a fazer obra, o que importa é fazer. Pagar depois resolve-se. Em Carregosa nunca ficou nenhuma obra por pagar. -----

Quanto às obras que estão a decorrer no cemitério, apresentou algumas fotos e fez alguns reparos sobre a construção dos muros e paredes de apoio, questionado sobre um pilar no portão principal, afirmando que não sabem o que estão a fazer. Relativamente ao assunto do hino, subscreve as palavras da Ana Almeida, que deverá ser tipo um "grito de guerreiro", lembrando o famoso "Zé das Ovelhas". Quanto às comissões criadas, foram todas uma catástrofe, nenhuma vingou, e que seria importante encontrar o regulamento que previa o





**ATA Nº17**

*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

Folha 53

acompanhamento à Biomassa, sobre a comissão instaladora apresentada para o museu que é muita gente, mas de pouco trabalho. -----

Passada a palavra ao senhor Manuel Ferreira, começa por felicitar a proposta do hino, concordando que deva ser submetido a discussão posterior, quem sabe mesmo criar um concurso publico. Quanto à proposta da comissão instaladora, da qual faz parte refere que foram pessoas convidadas para assessorar a senhora presidente de junta, e que formalizar uma comissão instaladora seria a seu ver o melhor principio, que ao leme só está a senhora presidente de junta, que brilharetos não são para ninguém, que todos os elementos estão em igualdade de circunstancia, que terá uma validade definida, um *Modus operandi* e seguirão um alinhamento para o futuro do museu.-----

Dirige-se à senhora presidente da assembleia, referindo que, indevidamente, permitiu a abertura de um precedente, aquando do momento de entrega de voto de repudio à mesa, por parte de um cidadão que se encontrava no publico presente, relativamente a um ponto da ordem de trabalhos, que por sinal se tornou controverso, e que tal poderia interferir na intenção de voto dos membros da assembleia.-----

Em seguida tomou da palavra a senhora presidente da junta, que refere o seguinte: por uma questão de comodidade e tendo em conta que todas as observações colocadas pelo público estão interrelacionadas dará uma resposta conjunta. -----

Começa pelo fim e agradece a intervenção do senhor Manuel Ferreira esclarecendo que foi pela sua solicitação que a senhora presidente da assembleia aceitou o documento junto pelo senhor Alcides e o leu. Fê-lo porque durante a tarde tinha recebido uma sms por parte deste senhor a sugerir, em tom de "ameaça" que devia retirar este ponto da ordem de trabalhos. Entende que as questões que são colocadas ao executivo e este remete para a Assembleia devem ser decididas no local e pelo órgão próprio, que é a assembleia. Que o conjunto de acontecimentos que foram ocorrendo desde que recebeu a sms e o decurso da assembleia justificam a interpretação da sms "como ameaça", ou seja, ou "fazes o que eu digo ou eu avanço com outras atitudes". Na verdade, reafirma a senhora presidente da junta, as pessoas devem aprender a estar e saber ocupar o lugar que ocupam, neste caso em particular dirijo-me à senhora Ana Almeida, membro do psd da assembleia, que assinou o "dito voto de repúdio" mas não *teve a coragem de o fazer chegar à mesa pelas suas mãos. Necessitou de instrumentalizar um* membro do público que todos conhecemos como querendo palco e protagonismo. Esta atuação vai ao encontro do que já aqui disse, há ainda muitos fantasmas do passado que atormentam a oposição e deviam superá-los. Foi um comportamento pouco digno porque o que se passou aqui hoje foi um exercício de democracia, de pluralidade e que a oposição não soube aproveitar nem valorizar. Foi dado à Assembleia o poder simples de dizer sim ou não, não o fez, porque ainda está obcecada com os fantasmas do passado. Este executivo não fará nada que os representantes do povo de Carregosa não deliberem de forma positiva, afirma. Por isso é que se colocam as questões à assembleia, o lugar próprio para as decidir. É lamentável a oposição abdicar do seu poder de decidir e ir fazer queixinhas para a câmara, que foi o que transpareceu. A assembleia é soberana, é quem determina o que o executivo pode fazer. Se as preocupações aqui trazidas pelo executivo não são as mesmas que as vossas votem em conformidade, refere. Acrescenta que parte são oposição e devem atuar dessa forma e não dizer sim, ou não à presidente. O assunto da venda do terreno é um assunto sobre o qual o público tem opinião divergente. É saudável, é sinal de que o povo está atento e tem opinião. Trazer o assunto aqui é pertinente nem que seja para trazer ao de cima um assunto que se quer resolvido em definitivo (a qualificação do pdm daquela faixa de terreno). Não podemos deixar esquecer este assunto. Este executivo não fará ilegalidades, sob pena de poder assemelhar-se



**ATA Nº17**  
*Sessão Extraordinária, 19 Fevereiro 2021*

ao passado, alude. Em relação ao fazer obras sem dinheiro, responde ao senhor Alcides, que não é a nossa opinião, porque é ilegal, só faremos obra se tivermos dinheiro e dentro dos limites da verba existente. O executivo tem a obrigação de lealdade e transparência para com o povo, dentro dos meios disponíveis e não a obrigação de fazer obra a qualquer preço. Em relação à obra do cemitério as questões colocadas pelo senhor Alcides não têm fundamento, o projeto está a ser cumprido e o mesmo está exposto. Qualquer dúvida explicamos no local, mais dizendo que deixem quem sabe trabalhar. Quanto à sua falta de capacidade para fazer obras, arremata dizendo que ainda bem que vou embora no fim do mandato assim poderá vir quem sabe mais. Em relação a cortar fitas, também diz que não está aqui para isso, portanto é uma preocupação que não têm. Relativamente ao assunto do Hino fico muito satisfeita com a decisão tomada, fazendo votos para que o grupo de trabalho seja capaz de conseguir levar a cabo esta empreitada. Em relação à comissão instaladora do Museu concordo inteiramente com as palavras do senhor Manuel Ferreira e agradece a sua disponibilidade. Termina agradecendo a todos o contributo, para que esta assembleia, apesar de tudo, tenha sido um verdadeiro exercício de democracia. -----

A presidente da mesa, em relação à situação colocada pelo Senhor Manuel Ferreira referiu que tal situação nunca havia ocorrido e que iria fazer respeitar o regimento em vigor, sem abertura de exceções, todavia esta circunstância foi já devidamente explanada pela senhora presidente de junta. -----

Por necessidade de dar o seguimento relativo ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi proposto pela presidente da mesa a aprovação da ata por minuta, o que foi aceite por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar foi encerrada esta sessão, cerca das vinte e três horas e quarenta cinco minutos, elaborada a presente ata, aprovada que vai ser assinada pela presidente, por mim, primeiro secretário que a secretariou e pelo segundo-secretário. -----

Assinam: -----

Presidente: *Vera Luísa Azeiteiro*

Primeiro secretário: *Daniel de Almeida Tavares*

Segundo secretário: *Luís Augusto Almeida*